

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Reprodução/vídeo



Novo vídeo reforça briga de pobres contra ricos

Novo BBB: bets, bancos e bilionários

O PT e o governo resolveram dobrar a aposta. Mais um vídeo foi postado na terça-feira (1). Agora, ele mostra um bar, o “Boteco do Brasa”. Nele, numa mesa com o formato do mapa do Brasil, se sentam pobres e ricos. “Mas, espera aí”, diz um dos pobres à mesa. “Você tomou champanhe, comeu lagosta e quer pagar menos que nós que só tomamos uma brejinha e comemos

torresminho?”. O vídeo incorpora um novo termo, que na terça já estava, por exemplo, na boca do líder do governo no Senado, Jaques Wagner: “BBB”. O novo “BBB” proposto é “bets, bancos e bilionários”. Ao Correio Político, Wagner bateu: “É esse novo BBB que pressiona o Congresso. Nós estamos apenas defendendo os setores da sociedade que sempre defendemos”.

Aposta

É o terceiro vídeo seguido que o PT divulga batendo na tecla de que o partido e o governo enfrentam com o Congresso uma disputa entre ricos e pobres. A avaliação é de que os ataques vêm dando certo, e acabaram por tirar o governo das cordas em que se encontrava.

Trend tops

Na terça-feira, a hashtag “imposto dos ricos” ocupava o quarto lugar nos trend tops das redes sociais. Na avaliação de parlamentares governistas ouvidos no Congresso, foi o segundo momento em que o governo conseguiu reverter o jogo nas redes. O primeiro foi o boné.

Andressa Anholetto/Agência Senado



Wagner: governo reagiu para defender suas posições

Pecha de defensor dos ricos provoca incômodo

O boné com a inscrição “O Brasil é dos brasileiros” teria sido o primeiro momento em que o governo conseguiu reverter a batalha da comunicação. Surgiu no momento em que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, começou a ameaçar migrantes brasileiros e os interesses nacionais. Até então, eram os bol-

sonaristas, que apoiam Trump, que sempre apareciam como patriotas. O boné visou colar a ideia de que agora eram eles que se descolavam do país. No dia seguinte, a oposição também fazia suas próprias versões de boné. Agora, a avaliação corrente é que a pecha de defensor dos ricos provoca incômodo no Parlamento.

Disputa

“Ninguém aqui quer acirrar disputas”, disse Jaques Wagner. “Cada um que admita e enfrente as pressões que sofre. O governo também sofre suas pressões”. Para o líder do governo, o comando do Congresso precisa explicar o que levou à brusca mudança de posição.

Lobbies

Wagner tem um palpite: a mudança veio dos lobbies dos BBBs. Uma situação que, na sua avaliação, obrigou o governo a reagir. Do contrário, passaria a ficar completamente refém e incapaz de seguir defendendo junto à sociedade os seus posicionamentos e bandeiras.

Acordo

“Eu estava na reunião sobre o IOF”, diz Wagner. “Todos saímos de lá felizes dizendo que há muito não havia reunião tão boa”, prossegue. “O que explica que três dias depois, contrariando acertado, votaram a toque de caixa a derrubada em sessão semipresencial?”

IR

Nessa aposta dobrada, o governo duvida que o Congresso negará a aprovação do projeto que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda para R\$ 5 mil. Houve um adiamento, mas seria algo extremamente antipático para o Congresso não aprovar, avalia o governo.

AGU aciona STF para reverter derrubada do IOF

Para advogada, é improvável que a Corte rejeite a ação

Por Karoline Cavalcante

Dias após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) solicitar à Advocacia-Geral da União (AGU) uma análise sobre a legalidade do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que derrubou o aumento das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o órgão enfim deu o retorno. Nesta terça-feira (1º), o ministro da AGU, Jorge Messias, protocolou uma Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar restabelecer os efeitos do decreto.

Para Messias, a decisão do Congresso violou o princípio da separação de Poderes ao interferir em uma competência legítima do chefe do Executivo. Embora a ação tenha sido tomada a pedido de Lula, o ministro destacou que ela foi baseada em pareceres técnicos.

“Não é uma questão política, é uma questão jurídica. Se nós entendemos que um decreto que o presidente da República adota é constitucional e que ele, em nenhum centímetro, em nenhum milímetro, ultrapassou o poder de regulamentar que a legislação conferiu a ele, não haveria outra saída — em benefício da segurança jurídica que todos nós prezamos — senão levar o assunto ao STF”, afirmou o AGU em coletiva de imprensa.

No dia anterior, o ministro da Suprema Corte, Alexandre de Moraes, foi designado relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) apresentada pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol). Na semana passada, a legenda já havia questionado o PDL que derrubou o aumento do IOF, alegando que a medida viola os limites da Constituição Federal. Segundo a sigla, o STF já reconheceu a inconstitucionalidade de decretos legislativos semelhantes em decisões anteriores.



José Cruz/Agência Brasil

Messias: decisão de Lula sobre o IOF foi totalmente constitucional

Clima de tensão

A judicialização não foi bem recebida pelo Legislativo. Para o líder da Oposição na Câmara dos Deputados, Luciano Zucco (PL-RS), ao ingressar com a ADC, o governo “declara guerra ao Congresso Nacional”.

“Trata-se de mais uma tentativa autoritária do governo Lula de judicializar um tema eminentemente político, tentando impor pela força do Judiciário aquilo que perdeu no voto, de forma ampla e transparente, dentro da Casa do Povo”, afirmou Zucco em nota.

Na segunda-feira (30), o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), já havia enviado um duro recado ao Palácio do Planalto, criticando o clima de polarização política. Ele defendeu a legitimidade da decisão do Congresso de barrar o aumento do IOF e refutou a acusação de ter agido de forma desleal com o Executivo ao pautar a sustação do tema sem aviso prévio.

“Quem alimenta o ‘nós contra eles’ acaba governando contra todos. A Câmara dos Deputados, com 383 votos de deputados de

esquerda e de direita, decidiu derrubar um aumento de imposto que afeta toda a cadeia econômica. A polarização política tem cansado muita gente, e agora querem criar a polarização social”, declarou Motta em postagem nas redes sociais.

Horas depois, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, elevou o tom e rebateu as críticas. Afirmou que os críticos poderiam “gritar”, mas que a atual gestão continuaria firme em seu compromisso com a justiça social. “Vamos continuar fazendo justiça social e não podemos nos intimidar”, disse o chefe da Pasta durante o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2025/2026, em Brasília.

Com o aumento da tensão entre os poderes, persistia a incerteza sobre qual estratégia o governo adotaria: se assumiria diretamente a frente do embate jurídico ou se deixaria o protagonismo nas mãos do Psol, evitando, assim, ampliar o desgas-

to político em meio à disputa.

“Pouco provável”

Agora, caberá ao Supremo analisar as ações. Ao Correio da Manhã, a advogada Mayra Pereira, sócia do escritório Vieira e Marques Sociedade de Advogados, avaliou como “pouco provável” a possibilidade de o pedido da equipe econômica ser rejeitado pela Corte.

“Se o STF concordar com a argumentação do governo e considerar os decretos constitucionais, isso pode anular o Decreto Legislativo 176/25, que foi responsável por barrar os aumentos do IOF. Nesse cenário, a Corte reconheceria que o Congresso foi além de suas funções. Por outro lado, se o Supremo rejeitar o pedido do governo que, é pouco provável, isso significaria que os decretos que elevaram o IOF são inconstitucionais e, portanto, sem validade”, explicou Pereira.

Meta fiscal

Pouco antes da manifestação da AGU, Haddad destacou que o IOF é essencial para garantir o equilíbrio das contas públicas em 2026. De acordo com as estimativas da Fazenda, a arrecadação sofrerá uma perda de aproximadamente R\$ 10 bilhões neste ano e mais de R\$ 20 bilhões no seguinte. O ministro também negou a intenção de modificar a meta fiscal de 2025, lembrando que, mesmo com a prorrogação de desonerações indesejadas pelo Executivo, a meta fiscal de 2024 foi cumprida.

“Não somos o governo Jair Bolsonaro (PL) a quem tudo foi permitido para ganhar a eleição. Não funciona assim conosco. Temos responsabilidade. O presidente Lula sabe da importância de fazer as coisas certas. Lula é o presidente da responsabilidade fiscal. Não tem outro campeão de responsabilidade fiscal”, declarou o chefe da equipe econômica.

Lula chama Bolsonaro de “frouxo” por pedir anistia

Rovena Rosa/Agência Brasil



Bolsonaro na Paulista: voz para “maioria silenciosa”

O presidente Lula (PT) criticou nesta terça-feira (1º) o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tanto pelos pedidos de anistia a ele mesmo como pelas campanhas de pagamentos em Pix para bancar advogados e demais gastos diante dos processos que enfrenta na Justiça.

“Nunca vou pedir para vocês fazerem Pix para mim. Guardem seus dinheiros para pagar seus funcionários. E jamais vou pedir anistia antes de ser condenado. Quem é frouxo não deveria fazer bobagem. Quem não tem coragem não deveria fazer bobagem. Quem não mede um erro das consequências não deveria fazer bobagem”, declarou.

Bolsonaro tem pedido anistia desde que foi processado por associação com os ataques às sedes dos Três Poderes do 8 de janeiro de 2023 e com a trama golpista de 2022 que visava impedir a posse de Lula após as eleições.

As falas foram feitas durante o lançamento do Plano Safra para agricultura empresarial, com a presença de representantes do setor, parlamentares e ministros do governo.

Críticas

No discurso de Lula e de ministros do governo durante o evento, as críticas também se estenderam a outros integrantes da gestão anterior, com menção

direta a Paulo Guedes, ministro da Economia da gestão de Bolsonaro (2019-2022).

“Eu vi a quantidade de bravatas que o Guedes fazia, ninguém cobrava responsabilidade fiscal, por que ninguém cobrava teto de gasto? Foi possivelmente o momento mais irresponsável desse país”, disse Lula. “Então, Haddad, a gente paga muito preço por sermos honestos e nós vamos pagar esse preço.”

O ministro Carlos Fávaro (Agricultura e Pecuária), por sua vez, criticou a ex-ministra da Agricultura do governo Bolsonaro Tereza Cristina, hoje vice-presidente da Frente Parlamentar de Agricultura (FPA) do Senado, que afirmara que o

Plano Safra não bateu recorde, como diz o governo.

“Ontem a grande ex-ministra Tereza Cristina caiu na fake news e falou que o Plano Safra não é recorde, mas os números estão aí”, afirmou.

Dividido em dois dias, um para a agricultura familiar e outro para a empresarial, a primeira etapa de anúncios do Plano Safra, realizada na segunda-feira (30), também teve menções críticas ao ex-presidente.

Na ocasião, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou que Bolsonaro não teria moral nas discussões tributárias, por não ter reajustado a tabela do Imposto de Renda durante seu mandato.

Bolsonaro

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) negou nesta terça-feira buscar um “poder paralelo” com a eleição da maioria da Câmara e do Senado em 2026 para depois usar o Congresso com o objetivo de enfrentar o Supremo Tribunal Federal (STF).

No último domingo (29), em ato na avenida Paulista, Bolsonaro afirmou: “Se vocês me derem isso [50% da Câmara e do Senado], não interessa onde esteja, aqui ou no além, quem assumir a liderança vai mandar mais que o presidente da República”.

Nesta terça-feira, em publicação no X, antigo Twitter, Bolsonaro ensaiou um recuo: “Reiteramos que não há – nem nunca houve – qualquer estrutura ‘paralela’ ou atuação fora dos marcos legais e democráticos”.

“Nosso objetivo sempre foi legítimo: ampliar a representação de uma maioria silenciosa que, embora expressiva na sociedade, tem sido sistematicamente excluída dos espaços institucionais.”

Ele disse ainda: “Trata-se de um esforço transparente e dentro das regras do jogo democrático. Defender ideias, ocupar espaços e disputar narrativas não é ameaça é democracia em seu estado mais puro”.

Mariana Brasil e Marianna Holanda (Folhapress)